



CONGRESSO

Câmara confirma revés do Fundo Constitucional

Deputados rejeitam destaque contra a mudança no cálculo dos repasses, incluída no marco fiscal. Texto segue para o Senado

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados confirmou, ontem, a mudança na atualização do Fundo Constitucional do Distrito Federal, previsto no arcabouço fiscal, aprovado pela Casa na terça-feira. O destaque apresentado por parlamentares da bancada brasiliense, contra o teto de variação do fundo, foi rejeitado por 316 votos a 160.

Com a mudança no cálculo dos repasses, haverá um rombo potencial de R\$ 87 bilhões, em 10 anos, no orçamento da capital do país. A verba do Fundo é destinada ao custeio e à manutenção da segurança pública e ao auxílio nas despesas de saúde e educação da cidade.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) tem expectativa de reverter a questão no Senado. “O Fundo Constitucional não estava no arcabouço. O relator colocou matéria como essa, que pode mudar a vida da capital, sem discutir nada, na calada da noite, e não tem nem as informações, é muito ruim. Acho que, no Senado, a gente consegue reverter”, avaliou.

O parlamentar afirmou que a oposição quer que a medida passe pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). “Não tem lógica uma matéria dessa não passar pela comissão”, disse.

Quanto aos impactos, os dados divergem, conforme destacou Izalci. “A CMO (Comissão Mista de Orçamento) forneceu dados apontando que o DF não perderia muito, enquanto a Fazenda (local) mostrou dados que o DF poderia perder muito. Por isso, necessita de discussão”, argumentou.

Por sua vez, a senadora Leila Barros (PDT-DF) reconheceu que, neste primeiro momento, a negociação poderia ter sido mais precisa. “Acho que o que

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara: deputados encerraram, ontem, a votação do novo arcabouço fiscal rejeitando todos os destaques apresentados

faltou também na nossa articulação foi a precisão dos números, que foram confrontados com números do relator. Vamos ter tempo, de fato, para estudarmos o impacto real no Fundo Constitucional”, ressaltou. Ela acredita que, pela escassez de tempo, o projeto não deverá passar por comissões.

No plenário, a deputada Bia Kicis (PL-DF) fez um apelo para que os deputados ajudassem a bancada a barrar a medida. “Essa foi uma alteração incluída pelo relator que vai prejudicar

imensamente a segurança pública do DF, em primeiro lugar. E, aqui, os nossos homens e mulheres das forças saíram prejudicados”, frisou. “Brasília não poderá mais fazer concurso. Hoje, já temos um contingente menor do que a metade do necessário para que a gente mantenha as forças”, alertou.

A lei que criou o repasse, em vigor desde dezembro de 2002, estabelecia uma correção vinculada à variação da receita corrente líquida da União no período de um ano. Agora, a partir de 2025,

ficará atrelada ao teto de despesas primárias, no limite de 2,5% por ano, acréscimo do IPCA.

Diversas figuras do DF estiveram reunidas ao longo da semana para tentar convencer o relator da proposta, Cláudio Cajado (PP-BA), a retirar o trecho do projeto.

Inverídicas

Questionado, o relator disse que são inverídicas as informações de que a alteração no Fundo vai impactar as áreas de

segurança, saúde e educação do DF (leia entrevista abaixo)

Além do destaque da bancada do DF, outros três apresentados pelo PL — partido de oposição ao governo Lula — foram rejeitados.

O texto segue, agora, para o Senado, onde será relatado por Omar Aziz (PSD-AM). A tendência é de que a matéria seja aprovada por ampla margem, como ocorreu na Câmara, onde recebeu 372 votos favoráveis contra 108.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA),



O relator colocou matéria como essa, que pode mudar a vida da capital, sem discutir nada, na calada da noite, e não tem nem as informações, é muito ruim. Acho que, no Senado, a gente consegue reverter”

Izalci Lucas, senador pelo PSDB-DF

» Entrevista | CLÁUDIO CAJADO (PP-BA) | RELATOR DO MARCO FISCAL

“A narrativa de perda não é verdadeira”

» MARIANA ALBUQUERQUE*
» RAFAELA GONÇALVES

Por que a mudança no cálculo do Fundo Constitucional do DF?

O porquê e que tudo que tiver impacto no resultado primário tem de estar na base. Só ficou fora da base, ou seja, fora do teto, como se diz, aquilo que tinha neutralidade orçamentária, ou seja, não tinha nenhum impacto no resultado primário.

Como avalia a reunião com a bancada do DF, que tentou a retirada do trecho sobre o Fundo Constitucional?

Na reunião, eles apresentaram, primeiro na residência oficial, apenas alegações que não poderiam estar fora, porque no teto de gasto estava fora. O fato de estar fora do teto de gasto não significa que ele permaneça dentro desse regime fiscal que estamos trabalhando, porque a lógica mudou. Estar fora do teto significava que você poderia ter de fato o aumento. Você estando dentro, contribui

com a base dos gastos dos resultados primário federal e, ao mesmo tempo, tem possibilidade de crescimento acima da inflação.

Mas o critério usado é contestado...

O critério que usamos pode ser ruim ou pode ser criticado, mas é um critério. Tudo que tiver impacto no resultado primário vai estar dentro da base, o que ajuda no crescimento das despesas. Hoje, você tem uma base, vamos supor, de R\$ 2 trilhões. Se o Fundo do DF é R\$ 23 bilhões, você passa a ter uma base de R\$ 2,023 trilhões, então, a base aumenta. Aumentando a base, você está aumentando, também, os 70% que promovem os gastos, para que o governo mantenha suas políticas. Fora disso, não tem contribuição nenhuma nessa base, esse foi o segundo argumento.

E o terceiro?

O terceiro foi que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, em 2018, que houvesse uma

Ed Alves/CB/DA.Press



regulamentação sobre a forma como está sendo feita essa despesa do Fundo Constitucional do DF, que é com base na receita líquida. O próprio TCU mandou examinar essa questão. Assim, resolvemos deixar na base, com todas as demais excepcionalidades que não tinham razão conceitual.

E os prejuízos causados ao DF?

Deixo claro que o Fundo não perde nada. Vai alcançar R\$ 23

bilhões, o maior valor da sua história, com o crescimento acima da inflação daqui para a frente. Então, essa narrativa de que perde ou que vem a perder é surreal, não é verdadeira. Se a receita da União cair, o Fundo vai cair, mas só estão olhando para esse lado. Pegando o histórico, só tivemos uma ou duas quedas de receitas, então, isso não é relevante. Pode cair no futuro, mas, a partir de agora, você tem um



Se a receita da União cair, o Fundo vai cair, mas só estão olhando para esse lado. Pegando o histórico, só tivemos uma ou duas quedas de receitas, então, isso não é relevante”

fundo estabilizado, com crescimento acima da inflação, com previsibilidade para manter todos os gastos com segurança, educação, e saúde.

É possível assegurar ao servidor público que ele não será prejudicado?

Pode assegurar ao servidor público que ele não terá nenhum prejuízo, pode colocar em letras garrafais.

A maioria dos deputados tem mostrado bastante preocupação com a manutenção de políticas públicas, como piso da enfermagem dentro do teto e Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica)

Mesma lógica do Fundo Constitucional. Não tem prejuízo. É bom estar dentro. Vai ter correção acima da inflação, e, no caso do Fundeb, a cada ano ele tem 2% de aumento. Esses 2% estão integrados à base. No total, mas só para o Fundeb. Então, se hoje você tem R\$ 2 trilhões, o Fundeb é R\$ 40 bilhões e cresce 2%. Vai, por exemplo, para R\$ 42 bilhões. Esse valor acresce só para o Fundeb. Tudo dentro da base, mas terá prejuízo zero.

Desde o princípio o senhor disse que a ideia era de que o texto tivesse o mínimo de mudanças possíveis no relatório. Quais são as expectativas?

Penso que não teremos nenhuma surpresa, em função de que o texto foi extremamente bem formulado, equilibrado, consensualizado com os líderes, e a votação, 372 votos, demonstrou exatamente isso. Então, não acredito em grandes surpresas, mas é bom continuarmos conversando com os líderes para não ter nenhuma eventualidade.